

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Universidade Nova de Lisboa** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, (que evidencia um total de 426.881.873 euros e um total de fundos próprios de 230.096.343 euros, incluindo um resultado líquido de 4.878.301 euros), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias reportadas na seção “Base para a Opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Universidade Nova de Lisboa em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a Entidade apresenta um total de Ativos Fixos Tangíveis que ascende a um valor líquido 218.018.853 euros, dos quais 140.138.275 euros são referentes à rubrica de Edifícios e Outras Construções. Com a transição para o novo referencial contabilístico, SNC-AP, em 2019, a Entidade deveria ter procedido à atualização do valor dos seus Edifícios e Outras Construções para o Valor Patrimonial Tributário (VPT), tal como previsto na NCP 5, o que até à data do presente relatório não se verificou, aplicando-se esta realidade à totalidade das Entidades Constitutivas que compõem a Universidade Nova de Lisboa, à exceção da Nova SBE cujos imóveis que compõem a referida rubrica não foram adquiridos através de transações sem contraprestação e, por isso, a valorização ao VPT não é aplicável. Apesar de se encontrar em curso um procedimento interno de identificação e regularização destes valores, não foi possível obter evidência de auditoria, suficiente e apropriada, que nos permita concluir quanto ao impacto que a situação acima descrita poderá ter quer no Ativo quer no Património Líquido da Fundação da Universidade Nova de Lisboa a 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 não integram a informação sobre a contabilidade analítica prevista no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública através da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

ÊNFASE

Conforme referido no relatório de gestão e na nota 17 do anexo às demonstrações financeiras, apesar da pandemia do Covid-19 verificada nos anos de 2020 e 2021, que afetou a economia mundial, o ano de 2022 esperava-se muito promissor até meados de fevereiro, altura em que a situação na Ucrânia-Rússia veio ensombrar essa perspetiva, podendo o cenário macroeconómico não vir a ser tão favorável para a obtenção de melhores resultados. Como consequência desta situação, a economia revela atualmente um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Com os elementos disponíveis, consideramos que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da atividade da Empresa, estando assegurados os compromissos financeiros assumidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 230.044.015 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 230.044.015 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relativo previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Balço	2021
ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	218 018 853
Ativos intangíveis	1 576 924
Participações financeiras	5 340 944
Outros Ativos financeiros	0
Outras contas a receber	25 050
Total Ativo não corrente	224 961 771
Ativo corrente	
Inventários	61 221
Devedores por transferências de subsídios não reembolsáveis	116 744 600
Clientes, contribuintes e utentes	24 902 934
Estado e outros entes públicos	28 847
Outros créditos a receber	6 189 665
Diferimentos	1 007 045
Caixa e depósitos bancários	52 985 788
Total Ativo corrente	201 920 100
Total Ativo	426 881 873
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital Próprio	
Património /Capital	117 331 189
Reservas legais	16 451 375
Resultados transitados	4 540 758
Ajustamentos em ativos financeiros	728 539
Excedentes de revalorização	32 065 390
Outras variações no património líquido	54 100 791
Resultados líquido do período	4 878 301
Total Capital Próprio	230 096 343
PASSIVO	
Passivo não corrente	
Provisões	1 464 476
Fornecedores de investimentos	0
Outras contas a pagar	9 916 458
Total Passivo não corrente	11 380 934
Passivo corrente	
Fornecedores	822 698
Estado e outros entes públicos	5 121 990
Fornecedores de investimento	1 159 899
Outras contas a pagar	21 911 216
Diferimentos	156 388 794
Total Passivo corrente	185 404 597
Total Passivo	196 785 531
Total Capital Próprio e Passivo	426 881 873

Demonstração de Fluxos de Caixa	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimento de clientes	15 814 664
Recebimento de contribuintes	1 161
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	134 767 382
Recebimentos de utentes	42 558 054
Pagamento a fornecedores	-33 947 662
Pagamentos ao pessoal	-124 165 851
Pagamentos a contribuintes / utentes	-8 329
Pagamentos de transferências e subsídios	-10 610 557
Caixa gerada pelas operações	24 408 862
Outros Recebimentos/Pagamentos	-3 249 594
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	21 159 268
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos Fixos Tangíveis	-6 435 402
Ativos Intangíveis	-391 491
Investimentos Financeiros	-180 000
Outros Ativos	-232
Recebimentos Provenientes de:	
Subsídios ao Investimento	359 390
Transferências de Capital	265 539
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)	-6 382 196
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimentos Provenientes de:	
Financiamentos obtidos	0
Outras Operações de Financiamento	508
Pagamentos respeitantes a:	
Juros e Gastos Similares	-72
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (c)	436
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (a+b+c)	14 777 508
Efeitos das Diferenças de Câmbio	
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	38 208 280
Caixa e Seus Equivalente no Fim do Período	52 985 788
Conciliação Entre a Caixa e Seus Equivalente e Saldo de Gerência	
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	
(-) Equivalentes a Caixa no Início do Período	0
(+) Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	0
(-) Variações Cambiais de Caixa no Início do Período	0
(=) Saldo de Gerência Anterior	38 208 280
De Execução Orçamental	36 846 130
De Operações de Tesouraria	1 362 149
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	
(-) Equivalentes a Caixa no Fim do Período	0
(+) Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	0
(-) Variações Cambiais de Caixa no Fim do Período	0
(=) Saldo para a Gerência Seguinte	52 985 788
De Execução Orçamental	51 420 303
De Operações de Tesouraria	1 565 485

Descrição	Capital / Património Subscrito	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do Período	117.331.189	16.451.375	4.369.241	670.827	32.107.639	53.751.460	3.492.785	228.174.515	0	228.174.515
Alterações no Período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0		
Alterações de políticas contabilísticas								0		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0		
Realização do excedente de revalorização					-42.249			-42.249		-42.249
Excedentes de revalorização e respetivas variações						149.637		149.637		149.637
Transferências e subsídios de capital				57.712		488.968		-2.764.587		-2.764.587
Outras alterações no Património Líquido	0	0	171.517	57.712	-42.249	369.332	-3.692.785	-2.956.473	0	-2.956.473
Resultado Líquido do Período			171.517	57.712	-42.249	369.332	4.878.326	4.878.326		4.878.326
Resultado Integral			171.517	57.712	-42.249	369.332	1.385.541	1.921.853	0	1.921.853
Operações com detentores de capital no Período										
Subscrições de capital/património									0	0
Entradas para a cobertura de perdas									0	0
Outras operações									0	0
Posição no fim do Período	117.331.189	16.451.375	4.540.758	728.539	32.065.390	54.100.791	4.878.301	230.096.343	0	230.096.343

DEMOSNTRAÇÃO DE RESULTADOS	2021
Impostos, contribuições e taxas	41 536 226
Vendas	193 626
Prestação de Serviços e concessões	10 311 083
Transferências e subsídios correntes obridos	125 995 636
Rendimentos/Gastos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	601 714
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-203 890
Fornecimentos e serviços externos	-32 862 274
Gastos com pessoal	-125 429 365
Transferências e subsídios concedidos	-9 966 364
Prestações Sociais	-164 007
Imparidade de inventários e ativos biológicos(perdas/reversões)	55 909
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1 326 443
Provisões (aumentos/reduções)	-628 979
Outros rendimentos	8 984 179
Outros gastos	-2 864 083
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	14 232 968
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-9 069 573
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	5 163 395
Juros e rendimentos similares obtidos	1 011
Juros e gastos similares suportados	-286 104
Resultado antes de impostos	4 878 302
Imposto sobre o rendimento do período	0
Resultado líquido do período	4 878 302

Alfragide, 26 de abril de 2022



Hugo Alexandre Mateus Salgueiro
 (ROC nº 1499 inscrito na CMVM sob o nº 20161109)
 em representação de DFK & Associados, SROC, Lda